Câmara Municipal de Macapá Gabinete do Vereador Pedro DaLua

	PROJETO DE LEI №	/2025 –	CMM
--	------------------	---------	------------

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINO FINAL DE RESÍDUOS ORGÂNICOS DE CAROÇO DE AÇAÍ, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ.

O Prefeito Municipal de Macapá:

Faço saber que a Câmara Municipal de Macapá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art.** 1º Ficam estabelecidas as diretrizes para implementação do Programa Municipal de Coleta, Transporte, Transbordo, Tratamento e Destino Final de Resíduos Orgânicos de Caroço de Açaí, provenientes do processamento de frutos de açaí de batedeiras e da produção industrial no Município de Macapá, afim de promover a destinação adequada nos aterros sanitários e principalmente para sua utilização como produto da economia circular.
- **Art. 2º** As diretrizes ora estabelecidas têm por finalidade cumprir os preceitos da Lei Federal n.º 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e prevê a destinação correta de resíduos recicláveis, retornáveis e reutilizáveis de modo a diminuir gradativamente o volume destinado a aterros sanitários priorizando a Educação Ambiental e as parcerias entre os entes da Federação e/ou particulares.
- **Art. 3º** Cabe a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, regulamentar a Coleta, Transporte, Transbordo, Tratamento e Destino Final de Resíduos Orgânicos de Caroço de Açaí, de modo a garantir a saúde pública e a conservação do meio ambiente.
- **Art. 4º** A iniciativa objeto desta Lei poderá contar com a colaboração de empresas, entidades civis sem fins lucrativos e órgãos públicos diversos, mediante a adoção de práticas sustentáveis, quanto o transporte de material orgânico tecnicamente apropriado para sua transformação em produtos rentáveis, segundo as normas técnicas aplicáveis e a regulamentação desta Lei.



Nº PROC.: 00230 - PLO 014/2025 - AUTORIA: Ver. Pedro da Lua



Câmara Municipal de Macapá Gabinete do Vereador Pedro DaLua

- **Art. 5º** Deverão ser apoiadas, priorizadas e fomentadas as iniciativas públicas e privadas que atuem com intersetorialidade de outras políticas públicas já vigentes no Município de Macapá, prioritariamente as que promovam o desenvolvimento econômico, a geração de emprego e renda, como o Selo Amapá, Zona Franca Verde, entre outras.
- **Art. 6º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, para fins de possibilitar a sua execução.
 - Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO JANARY NUNES, em 18 de Fevereiro de 2025

VEREADOR PEDRO DALUA Partido União Brasil



Nº PROC.: 00230 - PLO 014/2025 - AUTORIA: Ver. Pedro da Lua

Nº PROC.: 00230 - PLO 014/2025 - AUTORIA: Ver. Pedro da Lua



Câmara Municipal de Macapá Gabinete do Vereador Pedro DaLua

JUSTIFICATIVA

O referido Projeto de Lei apresenta como base o PLANO NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, pois, os resíduos orgânicos representam metade dos resíduos sólidos urbanos gerados no Brasil e podem ser tratados em várias escalas, desde a escala doméstica, passando pela escala comunitária, institucional (de um grande gerador de resíduos), Municipal até a escala industrial, para a produção de fertilizante orgânico.

No Brasil, 33 milhões de toneladas de lixo tiveram destinação inadequada em 2023. Cerca de 43% de todo o lixo gerado no país vão parar em lixões, valas, terrenos baldios e córregos urbanos, conforme estudo da Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente (ABREMA), dessa forma, o Brasil avançou pouco na adequação do manejo dos resíduos sólidos no Brasil e não vai atingir a meta de erradicação dos lixões, determinada pela legislação para 2024.

Segundo do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento-SNIS, cada morador de Macapá gera 1,1 Kg de resíduo sólido urbano/dia, para uma população atual de 442.933 (IBGE) o Município de Macapá gera em torno de 487 mil toneladas/dia. Se considerarmos a população da região metropolitana que compreende Macapá, Santana e Mazagão, que é de 629.128 (IBGE), o volume gerado desta população é de cerca de 692 mil toneladas/dia.

Estima-se que nesse território haja cerca de 6 mil batedeiras de açaí (micro agroindústrias de processamento de fruto de açaí) e as mais de 22 indústrias de processamento exclusivo de polpa de açaí, que geram cerca de 1.200 toneladas/dia de resíduo orgânico de caroço de açaí, ou seja quase o dobro do lixo urbano. Esse fenômeno se dá pelo hábito alimentar da população do Amapá, que trata o açaí processado como alimento principal e que segundo o IBGE o Amapá é o Estado com maior consumo de açaí per capta, seguido do Estado do Pará.

O amapaense consome 26 litros de açaí por ano e o paraense 16 litros, outro dado é que em média para cada litro de açaí processado se gera um pouco mais de 1kg de resíduo de caroço de açaí. Já a produção industrial pesa a fator logística, pois segundo a EMBRAPA, 82% do acaí consumido nesse território é proveniente do canal norte do Rio Amazonas na região do Marajó, que está mais próxima das cidades de Macapá e Santana.

O poder público cabe organizar, planejar a execução da COLETA, TRANSPORTE, TRANSBORDO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO RESÍDUO. Esse conjunto de ações deve ser traduzido em normas, diretrizes sob pena de prejuízo econômico, social e ambiental.

Por tudo exposto, esperam os signatários contar com a colaboração dos demais Pares para a aprovação da matéria em pauta.

Palácio JANARY NUNES, em 18 de Fevereiro de 2025.



